POSSIBILIDADES DE SINGULARIZAÇÃO DO SUJEITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DO RESTO À CAUSA[1]

Possibilities of singularizing the subject in public policy: from rest to cause

BROIDE, Emília Estivalet
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: O presente estudo aborda as possibilidades de singularização do sujeito em ações desencadeadas pelas políticas públicas. O tema em questão emerge da práxis clínica da autora na escuta do sofrimento psíquico singular do sujeito em diversos contextos marcados pela exclusão social onde há o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a determinados coletivos e grupos. Parte-se do pressuposto de que, na gestão das políticas públicas, ao legislar-se em prol da garantia de direitos para grupos sociais específicos, prescreve-se o bem, o melhor e o necessário para os indivíduos em seu conjunto e, portanto, balizam-se e determinam-se condutas e modos homogêneos de inserção no laço social. Se essa dimensão é uma conquista social importante, não contempla a dimensão do singular. Assim, a hipótese desenvolvida neste trabalho é a de que, ao colocar em relevo o discurso psicanalítico nesses contextos, pode-se contribuir para pôr em movimento possibilidades discursivas de singularização do sujeito, tanto na escuta individual, como na coletiva, abrindo brechas nas ações desencadeadas através das políticas públicas.
Palavras-chave: singularidade; políticas públicas; psicanálise.

Abstract: This study discusses the possibility of singularizing the subject in actions triggered by public policies. The issue at hand arises from the author's clinical practice in listening to the singular psychological distress of the subject in different contexts marked by social exclusion where there is the development of public policies aimed at certain groups and collectives. It is based on the assumption that the management of public policies, in legislating in favor of ensuring rights to specific social groups, prescribes the good, the best and the need for individuals as a whole, thus delimiting and determining homogenous behaviors and modes of insertion in the social loop. Even if this dimension is an important social achievement, it does not address the dimension of the singular. Thus, the hypothesis developed in this work is that, by placing emphasis on the psychoanalytic discourse in those contexts, one can contribute to setting in motion discursive possibilities for individualization of the subject, both in the individual and the collective listening, thereby opening gaps in the actions triggered through public policies.
Key-words: singularity; public policy; psychoanalysis.

[1]Trabalho apresentado na I Jornada de Psicanálise da Faculdade Jaguariúna “Psicanálise nas Instituições”.

ISSN 1679-8902

INTRODUÇÃO

A psicanálise, desde Freud, estende-se para além da clínica *stricto senso*. As análises de textos literários e do contexto social, através da interpretação do mal-estar na cultura, estiveram presentes na produção freudiana junto aos clássicos casos clínicos, à interpretação dos sonhos, à estruturação do aparelho psíquico e à descoberta do inconsciente. Nesse sentido, a escuta psicanalítica do sofrimento psíquico singular do sujeito não passa incólume ao campo social, cultural e político onde o indivíduo está inserido.

Colette Soler (2012) situa o valor político do sintoma ao falar do sintoma objetor. A autora lembra duas situações com as quais Freud se viu confrontado. A primeira relativa às neuroses de guerra (1914-1918), onde sujeitos que estavam aterrorizados pelo corpo-a-corpo mortífero, tomados por vômitos, tremores e impossibilitados de voltar ao front, apresentavam quadros clínicos semelhantes às neuroses histéricas, levantando dúvidas se estavam mesmo doentes ou se estavam referidos a sentimentos antimilitaristas.

> "O neurótico de guerra é um objetor que se ignora, um objetor em seu inconsciente e, portanto, um sujeito dividido entre o inconsciente que objeta e seu consciente, que bem gostaria de ir em frente. Em outras palavras, a neurose de guerra tem um impacto político: ela objeta ao discurso do mestre militar." (SOLER, 2012, p.199).

Também a histeria, e mais especificamente a conversão histérica, com suas manifestações incapacitantes (paralisia, cegueira, etc.) explicitava uma recusa singular - *corpo como resto* -, ao erotizar zonas silenciadas, colocando em causa a sexualidade de uma época. Talvez hoje as doenças autoimunes, a bulimia, a anorexia, os fenômenos psicossomáticos e o pânico contornem esse lugar. Aqui há o cuidado de não colocar essas afecções aprioristicamente no quadro da histeria; o sentido é pensá-las como interpretantes de um determinado momento histórico, onde a relação particular do sujeito com seu corpo nos permite tecer relações e analisar questões sociais contemporâneas que nomeiam o mal-estar na cultura.

Acompanhando o pensamento de Soler, ao situar o caráter político dos sintomas neuróticos, penso que, nos chamados contextos sociais marcados pela exclusão, podemos perceber hoje o valor político dos sintomas sob novas

ISSN 1679-8902

configurações: aquele que não trabalha aqueles que vivem na rua ou da rua, que não aderem à lógica do consumo, cumpre a função de objetor ao discurso hegemônico. Essas 'figuras da exclusão' expõem o corpo, perambulam nas ruas e nas instituições manicomiais, carcerárias e penais, não respeitam fronteiras e ocupam brechas entre a lei, a disciplina e a moral. Radicalizam a alteridade, perturbando as ficções de identidade.

Ignoram que, ao mesmo tempo em que explicitam a divisão subjetiva própria, desvelam e trazem à tona o sintoma social – considerando-se o sintoma social como marca que particulariza uma sociedade, assim como o sintoma do sujeito particulariza a sua forma de inscrição no discurso.

Se seguirmos a vertente freudiana, tais questões convocam à responsabilidade da escuta do psicanalista, tanto no âmbito *stricto senso* de sua clínica, quanto na cultura, nos chamados contextos marcados pela exclusão, onde escutamos indivíduos designados 'em situação de vulnerabilidade social'. Encontramos em tais situações um acontecimento clínico, tanto em sua dimensão política da opressão, quanto em sua dimensão ética de resistência. Há, portanto, a inscrição de uma ocorrência histórica com testemunhos dessas vivências.

Tenho trabalhado em situações sociais críticas onde travestis, prostitutas, jovens em conflito com a lei e moradores de rua ganham centralidade. Geram espanto e curiosidade pela presença em excesso: emergem como resto não assimilável da sociedade. Ganham destaque no debate público quando não se submetem às reinserções sociais a eles destinadas, que visam à gestão do desvio, à sua recuperação e à reintrodução à lógica que os produziu como dejeto, a fim de manter a administração do precário.

A categoria de excluídos ou vulneráveis surge como nomeação num misto de criminalização, preconceito e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, ao serem assim nomeados, os excluídos ou vulneráveis ganham nas políticas públicas contorno para a assunção de um lugar social. Quando nomeamos o excluído, embalamos esperanças de que nós, diferentemente deles, estamos incluídos. Incluídos em outra ordem discursiva.

Foucault (2002), em "A vida dos homens infames", realizou uma pesquisa documental valendo-se de cartas dirigidas ao rei da França nos

ISSN 1679-8902

séculos XVII e XVIII, pedindo a prisão de soldados desertores, monges vagabundos, mulheres e homens escandalosos e danados daquele país. Nesse ensaio, o autor se propõe a recolher histórias de vida reais que não tiveram qualquer notoriedade e que foram silenciadas pelo poder. Os únicos rastros da existência desses desafortunados só são acessados, atualmente, porque foram anotados em registros de prisão e denúncia, e tais anotações os tornaram visíveis.

A aposta de Foucault era que essas breves narrativas, ao serem retiradas da invisibilidade e do silêncio, seriam capazes de emocionar e, ao mesmo tempo, incitar à reflexão acerca das razões de seu sufocamento. Seriam, portanto, os adolescentes 'em conflito com a lei', os moradores de rua, aqueles em 'situação de vulnerabilidade', novas configurações dos 'homens infames' de Foucault? Seriam sintomas objetores, no sentido político que o termo sintoma pode adquirir, quando ganham notoriedade, existência e inscrição pelos delitos cometidos? Pelos excessos? Pelas desmesuras? Pela violência e urgência expressas nos gestos e nas ações?

O direcionamento de políticas públicas destinadas a determinados grupos e coletivos em situação de vulnerabilidade são conquistas sociais que visam diminuir as iniquidades e, por isso, constituem-se como valores sociais e humanos importantes, não sendo para nós elementos de análise. Contudo, o que nos concerne no momento é salientar que apresentam em si o paradoxo de legislar e garantir direitos para grupos sociais prescrevendo o bem, o melhor, o necessário para os indivíduos em seu conjunto e, portanto, balizam e determinam condutas e modos homogêneos de inserção no laço social, não contemplando, contudo, a dimensão do singular.

Nesse sentido, cabe colocar em relevo o caráter político da práxis clínica, tanto em relação a pôr em movimento possibilidades de singularização dos sujeitos escutados nesses contextos, quanto à necessidade de abrir espaços nas políticas públicas para que esses processos se façam possíveis, para que possamos pensar a política como não toda. Lembrando ainda a atenção necessária nessas situações, para que a escuta clínica não incida sobre a materialidade factual do indivíduo, mas possa sim incidir sobre a realidade psíquica do sujeito.

ISSN 1679-8902

> "Na prática analítica, referir o sujeito em relação à realidade, tal como a supomos nos constituindo, e não em relação ao significante, vem já a cair na degradação da constituição psicológica do sujeito."(LACAN, Seminário XI, p.135).

Direção do trabalho analítico em situações sociais críticas

Se o desejo de analista faz operar uma ética que movimenta o discurso dominante em prol do discurso analítico, é porque concebe que a eliminação do conflito e do mal-estar social não está associada à ilusão da garantia de bem-estar. O campo social se forja no conflito e na tensão de forças que não são governáveis, nem convergentes.

Dar voz a alguns cidadãos que compõem as estatísticas foi uma das apostas que um grupo de técnicos de um equipamento da assistência social articulou em conjunto com seu supervisor[1], a partir da escuta psicanalítica realizada por este último. A equipe abordou o homicídio de dois jovens atendidos em seu programa e discutiu como enfrentar a situação (BROIDE, BROIDE & TINOCO, 2013). O supervisor da equipe propôs a realização de um encontro onde estivessem presentes as famílias enlutadas e os jovens atendidos pelo programa, com suas famílias.

A criação desse dispositivo de fala tinha por objetivo a construção de um espaço de elaboração psíquica e homenagem aos mortos, além de servir para a criação de estratégias de enfrentamento às fragilidades decorrentes da extrema violência vivida no bairro. O encontro foi marcado e organizado pela equipe dez dias após essa supervisão. Foram convidadas pelo supervisor duas colegas[3] que dividiram a coordenação do grupo e o registro do material grupal.

Mesmo que a possibilidade de escuta dessa situação possa parecer uma ação pequena, se comparada à gravidade e a complexidade das violências vividas, essa é nossa responsabilidade como analistas: frente à urgência da demanda, instaurar o tempo de compreender, criando espaços de conversa sobre as mortes dos jovens na periferia, constituindo e instituindo a possibilidade para a elaboração do luto nesses contextos.

A partir dos testemunhos, fazer existir os crimes. As breves narrativas, ao serem retiradas da invisibilidade e do silêncio, são capazes de incitar a

[1] Jorge Broide
[3] Emilia Estivalet Broide e Roberta Tinoco

ISSN 1679-8902

reflexão acerca das razões de seu sufocamento, como nos diz Foucault. Nesse sentido, a escuta torna-se, então, uma ação de grande magnitude.

Um dos meninos atendidos por essa equipe, muito comprometido física e psiquicamente, com histórico de internação na Fundação CASA, estava uma tarde vendendo doces em sua barraca, quando um policial aproximou-se para 'enquadrá-lo'. Assustado, o menino, incapaz de responder as interrogações do policial, apanhou. Buscou refúgio em uma farmácia e continuou apanhando, caindo sobre as prateleiras 'quebrando tudo'. O policial culpou o adolescente pelo estrago, mas o dono da farmácia fez um Boletim de Ocorrência responsabilizando o policial pelo ocorrido. Alguns dias após o 'incidente', esse menino foi morto a tiros em uma das avenidas do bairro.

O segundo caso tem versões diferentes. Segundo a mãe, seu filho estava indo com um amigo procurar serviço e, numa abordagem policial, acabou assassinado pela polícia, que primeiro matou-o com um tiro no rosto, tendo depois atirado mais duas vezes. Ele foi levado para o hospital numa segunda-feira e morreu na terça. A mãe só foi descobrir o corpo do filho na sexta-feira, após percorrer vários hospitais.

Na versão dos policiais, eles trocaram tiros com dois motoqueiros que há dias rondavam por uma mesma avenida e, 'sem querer', um deles acertou e matou um dos adolescentes, e o outro adolescente foi reconduzido a Fundação CASA, de onde era egresso. A mãe, o avô e o irmão de dois anos do menino morto compareceram à reunião, juntamente com as outras famílias e adolescentes atendidos pelos técnicos do equipamento da assistência social. Buscaram encontrar palavras e contornar o silenciamento frente ao real da morte.

A justiça aqui compreende a necessidade de nomear as situações nas quais os homicídios ocorrem, uma vez que o registro dos homicídios como 'resistência seguida de morte' abole a realização de julgamento, tornando, assim, o ato violento imoral.

> "Não tem o que falar, foi a polícia que matou... Eles matam quem eles querem e fica por assim mesmo. Que Lei é essa? Não pode ser assim! Esse cara deve ter o fim que merece. Caras que trabalham errado devem morrer também. Meu neto não era bandido, tinha todos os documentos em mãos. Agora vamos ficar com essa mágoa, que a gente vai levar para sempre, não sara nunca. (avô do menino assassinado)."

ISSN 1679-8902

Durante a fala dos familiares enlutados, os adolescentes presentes no grupo foram aos poucos se colocando, inicialmente por gestos, até enfim conseguirem falar. Um dos meninos ficou com os olhos marejados de lágrimas e recebeu o abraço do amigo ao lado.

Após a fala do avô, a mãe do menino morto manifestou-se. Reclamou do tratamento que recebera após a morte de seu filho e o descaso que fizeram com a vida dele e com a dor dela. Ela transbordava tristeza, mas mantinha a fala forte, buscando encontrar no espaço institucional criado, entre o íntimo e o público, a potência da palavra, da denúncia. Ansiava por alertar para o que estava acontecendo com os jovens moradores do bairro, a fim de promover uma elaboração possível, pessoal e coletiva.

> "Meninos que já passaram pela Fundação já pagaram. Se humilharam, apanharam, quando precisavam ser protegidos. Meu filho levou um tiro com muito ódio no coração. Tenho três filhos, agora dois, me deixou um buraco enorme... Não pude ver meu filho, só no caixão. O delegado e o médico fizeram descaso, o médico deu um atestado de óbito falso e o delegado chamou meu filho de bandido, falando que vagabundo tem que levar tiro na cara... Só porque os meninos erraram, não significa que precisam sofrer assim. Nunca imaginei um menino cheio de vida, de sonhos, sair de casa procurando serviço e não voltar mais. Os seres humanos precisam de mais compaixão. Todo dia jovens sendo assassinados de forma cruel, só podia ser coisa de polícia, até os bandidos respeitam mais a gente."

A respeito do que é verbalizado pela mãe do adolescente, não há como não lembrar o que Zizek ressalta em seu texto *Como ler Lacan*, referindo-se a um debate televisivo sobre o destino dos prisioneiros em Guantánamo na NBC, em meados de 2004.

> "Um dos estranhos argumentos em prol da aceitabilidade ético-legal de seu status era que 'eles são aqueles que as bombas deixaram escapar': como eles eram o alvo do bombardeio dos Estados Unidos e por acaso sobreviveram, e como esse bombardeio era parte de uma operação militar legítima, não se pode queixar de sua sorte quando aprisionados depois. O argumento sugere que, seja qual for sua situação é melhor, menos severa, que estar morto. "(p.111).

De fato, o prisioneiro fica numa posição de morto-vivo. É, portanto, como situa Agamben (2004), o *homo sacer*, um homem que pode ser morto

ISSN 1679-8902

impunemente porque, aos olhos da lei, sua vida não conta mais. Nesse sentido, a aproximação dos adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto nas periferias dos grandes centros urbanos, com os prisioneiros de Guantánamo – ambos estando 'entre duas mortes', ou seja, vivos, mas sob constante ameaça –, faz pensar a necessidade da passagem daquele que é o portador de memórias (familiares, outros adolescentes, técnicos dos equipamentos) à posição de testemunho, a fim de que os crimes possam ser reconhecidos como tais e, nessa medida, retirados da invisibilidade.

Portanto, introduz-se aqui a noção de responsabilidade, tão necessária de ser problematizada nos casos dos adolescentes em conflito com a lei. Um delito ou um crime não pode servir como justificativa para outro. Essa lógica poderia induzir a uma **perigosa coerência**, como mostra tão bem a concepção de banalidade do mal presente na obra de Hannah Arendt (1999), a respeito do julgamento de Eichmann em Jerusalém. Nesse livro, a autora lança mão da tese de que os carrascos nazistas não eram particularmente maus: tinham plena consciência do que estavam fazendo, impunham sofrimento e dor as suas vítimas, mas eram capazes de desresponsabilização, não manifestando sofrimento diante das atrocidades cometidas.

Ao se colocarem como bons servidores hierárquicos, tendo a tarefa de eliminar vidas alheias, tocou-lhes o trabalho sujo que deveria ser feito, e o faziam com esmero e dedicação. A mesma lógica opera hoje, tanto nas mortes de jovens pobres e negros moradores das periferias dos grandes centros urbanos, quanto nos fundamentalismos religiosos.

Pensamos que iniciativas como a da equipe citada anteriormente rompem com o sono dos anjos e introduzem no atendimento a dimensão política e ética no trabalho técnico. Para além do atendimento-padrão, produziu-se ali um antes e um depois. Dessa forma, ao propiciar-se um espaço de fala, de interlocução e principalmente de elaboração diante das situações de violência, foi possível, coletiva e singularmente, contornar o impronunciável da morte. A elaboração do luto permite a vida, uma vez que retira a família, a equipe técnica e os adolescentes atendidos por essa equipe da melancolização e da impotência perante as mortes e da tragédia. A negação faz com que o

ISSN 1679-8902

sujeito se identifique com o morto, como já dizia Freud (2007) em *Luto e Melancolia*.

Testemunho, ato e nomeação

Gagnebin (2009), em seu livro *Lembrar, escrever, esquecer*, amplia o conceito de testemunha para além daquele que presenciou algum fato.

> "Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade, ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente." (2009; p.57).

Tal é a função que cumpre em nosso entender a atividade grupal em contextos marcados pela exclusão social. Possibilita passar do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino à reinvenção do presente.

Penso que as políticas públicas, através do trabalho daqueles que as executam, devem ser capazes de se instituir como condição-suporte de processos de singularização do sujeito, promovendo uma torção ***do resto à causa***. Nesse sentido, devem possibilitar que um relato, uma narrativa, uma experimentação se transforme em teorização viva de um campo e retire a realidade de sua condição fática, relançando-a em sua dimensão desejante.

O que a fala e a escuta testemunhal oferecem não é um discurso totalizador, não é um julgamento dos fatos, não é uma verdade inscrita no ordenamento jurídico; é o exercício de uma prática de linguagem em processo, e, logo, é produção de um ato de fala que excede e ultrapassa qualquer formulação enunciativa. O testemunho mobiliza e causa estranheza, justamente porque sendo singular e íntimo, descreve, além do único da experiência vivida, também a cena social, o contexto histórico: a realidade psíquica mesclada na realidade factual.

Felman (2000) indaga: "Seria o testemunho, portanto, um simples meio de transmissão da história ou, por vias obscuras, uma forma de cura insuspeita? Se a história tem dimensões clínicas, como pode o testemunho

ISSN 1679-8902

interferir ao mesmo tempo historicamente (politicamente) e clinicamente, de forma pragmática e eficaz?".

Sob essa perspectiva é que o ato testemunhal interessa ao psicanalista. Na medida em que a singularidade da história do sujeito emerge frente à dimensão pública dos fatos e acontecimentos históricos, políticos e econômicos e, com isso, o sujeito possa reinserir-se na ordem discursiva aportando sua diferença não como desigualdade ou constrição. O testemunho se diferencia do conteúdo de uma confissão manifesta. Dessa forma, leva-nos a dimensões subjetivas insondáveis. Na escuta do testemunho não se segue uma lógica pré-estabelecida, como está dada no ordenamento jurídico, seguem-se os trilhamentos do sujeito que relata em uma atribuição de alteridade – com pretensa imparcialidade – a sua veracidade de fatos e situações. E, dessa forma, dizendo além e aquém, diz de si. Lacan (1989) afirma que o analista deve dirigir a cura e não o paciente. Desse princípio resulta que a política do analista se identifica com sua ética na escuta que oferta.

Nesse sentido é que o trabalho com os adolescentes em conflito com as leis, seus familiares e técnicos da assistência – que é realizado levando-se em consideração os fenômenos transferenciais e a possibilidade da interpretação como elemento de corte que vetoriza a fala pondo fim a uma repetição sem fim – possibilita ao sujeito se reposicionar diante do Outro.

Outra experiência, bastante distinta, mas que nos remete à problematização das possibilidades de singularização dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas foi a da realização de uma consultoria para uma prefeitura, para a construção de seu Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua (PORTO ALEGRE, 2011). Nesse trabalho, um dos espaços de escuta clínica criado foi a constituição de um grupo com moradores de rua. Esse espaço de fala não estava previsto, a princípio, na construção do referido plano, tampouco na proposta da consultoria, mas, a partir da escuta do gestor, algo surgiu como uma possibilidade: criar uma política pública que incluísse as vozes dos destinatários da política.

Já com o grupo de moradores de rua constituído, buscou-se criar uma pequena inflexão no trabalho de escuta realizado, propondo a ele a nomeação de pesquisadores sociais. Assim, durante a realização dos grupos e nos

ISSN 1679-8902

intervalos entre os encontros dos grupos, eles deveriam pesquisar junto aos outros moradores de rua como deveria se constituir O Plano Municipal, e o que deveria ser proposto.

Um dos efeitos da nomeação proposta foi que houve, por parte de alguns deles, e aceita por todos, a solicitação para que tivessem um crachá que os identificasse. Diziam: “Serve para ir nas Plenárias do Orçamento Participativo, porque uma coisa é eu chegar como morador de rua, outra é chegar como pesquisador social do Plano Municipal para população de rua”. “Tem que ter foto, para que saibam que sou eu”.

Trago aqui, como exemplo, uma breve fala de ‘Solução’. Solução foi o apelido dado a um dos integrantes do grupo, pois sempre que ele falava dizia: “Prá isso aí a solução é...” e explicava o que deveria ser feito para eliminar os problemas levantados. Solução também disse que o crachá era importante, principalmente quando ia falar com os outros moradores de rua. “Prá eles saberem que a gente tá fazendo esse trabalho, não é só perguntar por perguntar, a gente quer melhorar a situação deles”.

Dizia Solução: “Comecei a pesquisar com o pessoal que está ao meu redor, como quem puxa uma conversa, mas na verdade a intenção é entrevistar as pessoas, sem que elas percebam. Tenho começado às 6 da tarde, quando o pessoal começa a chegar no abrigo, e vou até a última hora e também no banho”.

Óbvio está que não se produziu nesses encontros grupais uma mudança na estruturação psíquica do sujeito, mas sim um deslocamento, uma mobilidade, onde simbólico e imaginário ganham maleabilidade, onde o crachá que os identificava (imaginário e simbólico) possibilitava uma nova nomeação, certa travessia, a partir da política pública como condição-suporte, onde o real pode ser bordeado.

Considerações Finais

Criar condições de testemunho, nomear a morte, fazer deslizar o significante morador de rua, descolando o sentido amalgamado, para o significante pesquisador social, visa descristalizar lugares, ir do resto à causa.

Sabemos que o sujeito é, antes de tudo, falado pelo Outro. É instaurado em um determinado lugar social para que possa, a partir de então,

ISSN 1679-8902

endereçar sua demanda. Para que haja o reconhecimento e a identificação do eu com a imagem, é preciso que haja uma instância simbólica, o ideal do eu, responsável pela organização e coerência dessa realidade psíquica, designando as representações culturais, sociais e os imperativos éticos.

Acontece que lidamos com um laço discursivo que produz desigualdades, exclusão e violência. Nessa medida, a forma que a política pública adquire, e a forma pela qual é trabalhada pelos técnicos, em sua relação transferencial com aquele que é seu destinatário, incide sobre a qualidade da imagem deste último e sobre as possibilidades de singularização e de coletivização.

Nossa aposta é que, assim como Freud redimensionou a transferência como operador clínico, tirando seu caráter de obstáculo a ser banido da experiência psicanalítica para elevá-la a motor da cura, indo do resto à causa, também o infortúnio humano, assim como o tropeço, longe de merecer a exclusão, deve ganhar estatuto de causa, promovendo a interrogação quanto ao manejo clínico do psicanalista e à incidência de sua práxis no mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BROIDE, Emilia; BROIDE Jorge. Pesquisadores Sociais: Efeitos de Nomeação. In: Aline Espindola Dornelles, A.E; Obst,J.; Borba, M. (Orgs.). **A Rua em Movimento**. **Debates Acerca da população Adulta de Rua na Cidade de Porto Alegre**. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

BROIDE, Emilia; BROIDE Jorge, TINOCO, Roberta. **Do silêncio à palavra: violência assassina em São Paulo**. Disponível em: http://www.dialogosdosul.org.br/do-silencio-a-palavra-violencia-assassina-em-sao-paulo/22112013//. Acesso em: 10 out 2014, 14h.

FELMAN, Soshana. Educação e crise ou vicissitudes do ensinar. In: SELIGMANN-SILVA; NESTROVSKI A. (Orgs.) **Catástrofe e representação**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 2002, pp. 89-128.

FREUD, Sigmund. (1917 [1915]) Duelo y melancolía. **Obras completas**. 2ª ed. v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

ISSN 1679-8902

LACAN, Jacques. La dirección de la cura y los principios de su poder. In: **Escritos I.**, 15ª Edición, Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1989.
PORTO ALEGRE. Prefeitura municipal. **Plano Municipal de enfrentamento à situação de rua**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=7&p_secao=52. Acesso em: 15 de set de 2014. 12h.
SOLER, Colette. **Lacan, o inconsciente reinventado**. Rio de Janeiro: Cia Freud, 2012.
ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ISSN 1679-8902